



# Anais da Assembléia

AVULSO

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 07 DE NOVEMBRO DE 1995

ANO XXI

## Mesa Diretora

**ANIBAL KHURY**  
Presidente - PTB

**LUIZ CARLOS ZUK**  
1º Vice-Presidente - PDT

**NEIVO BERALDIN**  
2º Vice-Presidente - PP

**LUIZ CARLOS MARTINS**  
1º Secretário - PDT

**NELSON GARCIA**  
2º - Secretário - PFL

**EDGARD BUENO**  
3º Secretário - PSDB

**JOÃO TECHI**  
4º Secretário - PPR

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

## Lideranças

Governo .....	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT .....	Deputado VALDIR LUIZ ROSSONI
PMDB .....	Deputado CAÍTO QUINTANA
PFL .....	Deputado ÉLIO RUSCH
PT .....	Deputado ÂNGELO VANHONI
PP .....	Deputado SÉRGIO SPADA
PPR .....	Deputado CÉSAR SELEME
PSC .....	Deputado JOCELITO CANTO
PTB .....	Deputado NELSON JUSTUS
PSDB .....	Deputado CEZAR SILVESTRI

## Representação Partidária

**PMDB** – 12: Orlando Pessuti - José D. Mattos do Amaral - Cleiton Kielse - Nereu A. de Moura - Renato G. Adur - Ricardo Chab - Caíto Quintana - José Maria Ferreira - Celso Samis da Silva - Toti Colaço - José Tavares S. Neto - Luiz Cláudio Romanelli; **PP** – 10: Albanor J. F. Gomes - Dullio Genari - Irondi Pegliesi - Geraldo Cartário Ribeiro - Antonio Annibelli - Sérgio Spada - Augustinho Zucchi - Joel G. Coimbra - Neivo Beraldin - Edson Silva Lino; **PDT** – 10: Algaci Tulio - Antonio Belinati - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz R. Accorsi Motta - Edno Guimarães - Valdir Rossoni - Milton J. Pupio - Nelson Tureck - Walmor Trentini; **PTB** – 06: Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Alves - Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Hernas Brandão; **PFL** – 06: Carlos Simões - Nelson Garcia - Remy Borsato - Élio Lino Rusch - Plauto Miró Guimarães - Basílio Zanusso; **PT** – 05: Emerson Nerone - Irineu Mário Colombo - Florivaldo Fier (Dr. Rosinha) - Péricles H. Mello - Angelo Vanhoni; **PSDB** – 03: Edgar Bueno - Beto Richa - Cezar Silvestri; **PPR** – 02: João T. Filho - César A. Seleme; **PSC** – 01: Jocelito Canto.

PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL

Art. 1º - Acresce ao "caput" do Art. 27 da Constituição do Estado do Paraná o "princípio da economicidade".

Art. 2º - Esta Emenda entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.11.95

(aa) IRINEU COLOMBO

ANIBAL KHURY

ANGELO VANHONI

Apoiamento: Caio Quintana, Algaci Túlio, Luiz Carlos Zuk, Élio Rusch, Valdir Rossini, Nelson Justus, Cezar Silvestri, Luiz Claudio Romanelli, Sérgio Spada, César Selenne, Jocelito Canto, Orlando Pessuti, Augustinho Zucchi, Antonio Belinati, Luiz Carlos Alborghetti, Nereu Moura, José Tavares, Durval Amaral, Duílio Genari, Ricardo Chab, Renato Adur, Carlos Simões, Emerson Nerone, Péricles de Mello, Doutor Rosinha, Beto Richa, Edgard Bueno, Sâmis da Silva, Toti Colaço, Albanor Gomes, Edno Guimarães, Eduardo Trevisan, Joel Coimbra, Edson Silva Lino, José Maria Ferreira, Nelson Tureck, Milton Puppio, Marquinhos Alves, Irondi Pugliesi, Neivo Beraldin.

JUSTIFICATIVA:

O art. 27 da Carta Estadual e 37 da Federal, "caputs", estatuem princípios que devem reger a Administração Pública direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, tais como da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, entre outros que estão implícitos no decorrer dos diversos incisos, alíneas e parágrafos.

Basicamente, esses princípios denotam a preocupação com a coisa pública, com ênfase a uma administração correta, justa e transparente. Todavia, nota-se que para uma melhor ordenação sistemática e racional, se faz necessária a adição de mais um princípio, o da economicidade. Princípio este essencial para um país como o Brasil, com tantos problemas a resolver, com tantas mazelas, com tantos sem teto, com tan-

tos sem comida, com tantos sem emprego, e outros tantos sem, que formam o grande grupo de marginalizados do sistema federativo.

De outro lado, está o sempre, alto índice, de sonegação de impostos, que afeta, sobremaneira, a Administração e seus administrados, além de uma economia, na maioria das vezes instável. Enfim, é inadmissível, impatriótico e desumano o desperdício de recursos públicos frente as graves carências sócio-econômicas.

Portanto, é no sentido ético-jurídico, de alcance político-social, que apresentamos esta Emenda, visando, sobretudo, inserir dentre os princípios norteadores da Administração, o da economicidade.

Desta forma, poderá se evitar que o governo gaste excessivamente sem prioridades e sem critérios, com produtos, obras e serviços. Posto que, permite repensar e melhor atuar no combate as profundas desigualdades sociais e regionais que são desatendidas. Desatendimento motivado, principalmente, pelo desperdício, pela irracionalidade no gasto do dinheiro público. Há que se ter em conta o real papel do Estado, voltado ao bem comum, e cumprindo os objetivos fundamentais inscritos em nossa vigente Carta Magna republicana, no art. 3º.

"Art. 3º - Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II - garantir o desenvolvimento nacional;

III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação."

Para melhor concretizar este princípio em nosso Estado, oportunamente, via projeto de lei, detalharemos a sua aplicação. Mas, já adiantado, em nome de nossa função parlamentar, de nosso Estado e de nosso povo, peço o consentimento para sua aprovação, além, é claro, desta presente Emenda.